

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 16 de abril de 2019 às 07h30*  
*Seleção de Notícias*

## O Estado de S. Paulo | BR

Direitos Autorais

<b>Facebook e Google pagarão por notícias .....</b>	<b>3</b>
---	----------

ECONOMIA

## Exame.com | BR

15 de abril de 2019 | Marco regulatório | INPI

<b>15 anos depois, dona da Melissa é condenada por copiar estilista .....</b>	<b>4</b>
---	----------

NEGÓCIOS | KARIN SALOMÃO

## G1 - Globo | BR

15 de abril de 2019 | Pirataria

<b>Shopping na Av. Paulista é fechado em operação de combate a pirataria em SP .....</b>	<b>6</b>
--	----------

SÃO PAULO

## Yahoo! Notícias Brasil | BR

15 de abril de 2019 | Direitos Autorais

<b>Europa aprova o polêmico "Artigo 13" e pode revolucionar a internet .....</b>	<b>7</b>
--	----------

## Convergência Digital | BR

15 de abril de 2019 | Patentes

<b>Apple quer R\$ 100 bilhões em disputa com a Qualcomm .....</b>	<b>9</b>
---	----------

## Migalhas | BR

15 de abril de 2019 | Propriedade Intelectual

<b>Leis para aplicativos estrangeiros no Brasil .....</b>	<b>11</b>
---	-----------

# Facebook e Google pagarão por notícias

ECONOMIA



Mudança. Apenas seis países foram contrários à nova lei

Nova regra da UE exige que gigantes da rede remunerem autor por conteúdo compartilhado

O Google e o Facebook terão que pagar por notícias usadas em seus serviços e serão responsáveis por filtrar a publicação de conteúdos que ferem **direitos** autorais. Ontem, a União Europeia aprovou as regras de **direitos** autorais lançadas pela Comissão Europeia há dois anos. Agora, os países do bloco têm até 2021 para ajustarem a nova legislação do bloco às suas leis nacionais.

Sob as novas regras, o Google, YouTube, Instagram e outras plataformas online terão de assinar contratos de licenciamento com músicos, artistas, autores, editores de notícias e jornalistas para usar seu trabalho. Além disso, as plataformas terão de instalar filtros para impedir que os usuários publiquem materiais protegidos por **direitos** autorais. A medida é uma tentativa de proteger a indústria criativa da Europa, avaliada em US\$ 1 trilhão por ano, com 11,6 milhões de empregos e que representa 6,8% da economia.

O debate sobre **direitos** autorais opõe a indústria criativa a empresas de tecnologia, ativistas a favor do livre compartilhamento de conteúdo na web e grupos de defesa dos consumidores, que temem a penalização dos usuários pelas novas regras, bem como seu uso

como forma de censura.

A agência de notícias Reuters afirma que 19, dos 28 países do bloco econômico, votaram pela aprovação. Finlândia, Itália, Luxemburgo, Holanda, Polônia e Suécia contestaram a lei.

As empresas de tecnologia alegaram que a regra traz preocupações com o peso da mudança em suas receitas e a burocracia administrativa relativa à aprovação dos conteúdos. O Google disse que a legislação prejudicaria a economia da Europa. Críticos dizem, porém, que as novas regras afetarão menos as gigantes da **internet** e mais empresas menores, que não têm caixa para fazer as revisões de conteúdo necessárias./AGÊNCIAS INTERNACIONAIS

# 15 anos depois, dona da Melissa é condenada por copiar estilista

NEGÓCIOS

Cláudia Assad/Flickr/Creative Commons/Reprodução



Calçado Melissa, uma das marcas da Grendene

A fabricante de calçados Grendene foi condenada a pagar indenização de 223 mil reais por danos morais à estilista

A fabricante de calçados Grendene foi condenada a pagar indenização de 223 mil reais por danos morais à estilista Ana Luiza de Almeida por copiar o design de uma de suas sandálias.

A Grendene, dona das marcas Melissa, Rider, Ipanema, entre outras, tem 11 fábricas de calçados no país e cinco lojas conceito da Melissa. A fabricante teve receita bruta de 2,8 bilhões de reais em 2018, aumento de 3,6% em relação ao ano anterior.

A estilista entrou com um registro do design no **Instituto** Nacional de Propriedade Industrial (**INPI**) em julho de 2002. A sua sandália, feita de plástico injetável, foi chamada de Grudy. Já a Grendene pediu o registro do mesmo calçado em setembro de 2002, dois meses depois da designer, que foi comercializado sob o nome de Melissa Plasticodelic. A designer abriu a ação em 2004, mas apenas agora, 15 anos depois, o caso foi finalmente finalizado.

A Grendene contestou o processo, dizendo que não haveria prova material de imitação e que a estilista se-

ria uma pessoa física e, portanto, não seria parte legítima para pleitear esse ressarcimento.

Já Ana Luiza de Almeida explicou que pedia indenização em nome da empresa Mix Shoes, da qual é sócia. Além disso, argumentou que a Grendene fez um registro de **desenho** industrial dois meses depois que ela própria realizou um registro de um calçado idêntico.

Como a estilista é conhecida internacionalmente pelos seus designs, a fabricante de calçados teria copiado seu produto. "Não restam dúvidas acerca de que houve cópia do **desenho** industrial, pois da leitura do laudo se verifica que são praticamente idênticas as sandálias", diz a decisão.

Segundo o advogado da designer, Rodrigo Staut, do escritório Oliveira Staut Advocacia, ela foi muito prejudicada na época, já que exportava sandálias de luxo, mais tarde copiadas e vendidas por preço mais baixo pela empresa.

Procurada por Exame, a companhia não respondeu até a publicação desta matéria.

Sandálias da Grudy, à esquerda, e da Grendene lado a lado, no laudo que comprovou a cópia

Sandálias da Grudy, à esquerda, e da Grendene lado a lado, no laudo que comprovou a cópia (Oliveira Staut - Advocacia Consultoria Jurídica/Divulgação)

Demora

A primeira sentença, do Tribunal de Justiça de São Paulo, foi proferida em julho de 2008, mas a fabricante entrou com recursos. O processo transitou em julgado no fim de 2018 e não cabe mais recurso.

Continuação: 15 anos depois, dona da Melissa é condenada por copiar estilista

Em fevereiro deste ano, no entanto, a juíza Rosana Moreno Santiso, da 3ª Vara Cível de São Paulo, entendeu que os danos materiais ainda devem ser apurados. Já os danos morais devem ser indenizados em 223 mil reais. A ação está, agora, em execução.

As empresas devem parar de fabricar e de comercializar o produto, indenizar a designer em 5% do valor bruto de cada venda realizada e pagar indenização por danos morais.

A loja Kipling também foi incluída no processo por

vender os calçados, mas o juiz a excluiu da ação por entender que ela apenas vendia os sapatos e não agiu com dolo ou má-fé.

É o segundo processo movido pela estilista contra a fabricante. Em outra ação, ela ganhou o direito de dois de três produtos, um chinelo "Grendha" e uma bolsa "Monique". A decisão é de maio de 2017 e a estilista foi assessorada pelo mesmo escritório.

# Shopping na Av. Paulista é fechado em operação de combate a pirataria em SP

SÃO PAULO



Reprodução/ TV Globo

Produtos vendidos no Shopping Veneza, na Av. Paulista.

trabalham no shopping atuavam antes em outros centros comerciais que já foram fiscalizados e interditados por **pirataria**.

A ação desta segunda faz parte da Operação Comércio Legal de combate à **pirataria**, que começou em novembro de 2018. Desde o início, foram apreendidas 500 toneladas de produtos falsificados.

Ação foi motivada por denúncia feita por escritórios de advocacia que representam marcas famosas.

Uma operação de combate a **falsificação** e a **pirataria** foi deflagrada na manhã desta segunda-feira (15) e fechou o Shopping Veneza, na Avenida Paulista, região Central da capital paulista. De acordo com a Prefeitura de São Paulo, a operação foi motivada por uma denúncia feita por escritórios de advocacia que representam marcas famosas.

Agentes da Guarda Civil Metropolitana (GCM) e da Subprefeitura da Sé fiscalizaram 53 lojas. Foram identificados produtos falsificados de 20 marcas. Os **produtos** piratas e sem nota fiscal foram apreendidos, entre eles, bolsas, sapatos, relógios, óculos, equipamentos eletrônicos e roupas.

Depois do recolhimento dos produtos, o shopping será interditado e terá a licença de funcionamento cassada.

Segundo a prefeitura, alguns dos comerciantes que

## Europa aprova o polêmico "Artigo 13" e pode revolucionar a internet

A União Europeia aprovou por 19 votos contra 9 a aprovação da "proposta de Diretiva do Parlamento Europeu relativa aos direitos de autor no mercado único digital", documento que ficou popularmente conhecido como Artigo 13. A diretiva foi aprovada em reunião do Conselho da União Europeia nesta segunda (15) com o texto na íntegra, incluindo os artigos 11 e 13, considerados polêmicos. O primeiro deles, o 11º, é também apelidado de "taxa do link". A proposta era de que todo link em um determinado site que levasse a um conteúdo de direito autoral com curadoria tenha que pagar uma taxa para isso. Em sua forma mais literal, pode exigir que sites ou serviços agregadores de notícias, como o Google News, tenham de pagar uma quantia para entregar uma curadoria de links ao usuário. O outro artigo é ainda mais polêmico. O Artigo 13 ficou conhecido como "filtro de upload" e é direcionado a "grandes prestadores de serviço que armazenam e facultam grande quantidade de material protegido".

Aqui, a proposta é que qualquer empresa que permita que seus usuários produzam conteúdos, até mesmo em redes sociais, criem mecanismos para filtrar o conteúdo antes mesmo de ele ser publicado, protegendo direitos de autor, sob o risco de processo. Em outras palavras, isso forçaria o Facebook, por exemplo, a filtrar os conteúdos e impedir que os usuários o postem, caso infrinja algum direito de autor. O medo seria que a simples utilização de marca, como em estampas de camisetas, pudesse barrar toda uma publicação na rede social. No ano passado, a diretiva chegou a ser rejeitada pelo parlamento europeu, mas voltou à tona após pressão de grandes produtores e emissoras de TV do país. O principal problema é que empresas como Facebook, Twitter e YouTube dizem que não possuem estrutura para filtrar tudo que seus usuários postam, o que pode resultar no fim destes serviços por lá. Se antes era preciso que o autor notificasse o YouTube sobre o problema, agora a rede social é responsabilizada pela publicação.

Dessa forma, tais empresas serão forçadas a criarem

mecanismos para filtrar o conteúdo antes mesmo de ele ser publicado para evitar um processo do autor. Existem alguns receios sobre essa prática. A primeira é de que nem toda empresa é capaz de criar mecanismos para filtrar estes conteúdos, obrigado o site, rede social ou outro canal a se desligar por medo de processos. Um segundo seria sobre privacidade do usuário. Em junho deste ano, intelectuais como Tim Berners-Lee, criador do WWW e Vint Cerf, pioneiro da **internet**, assinaram uma carta em que mostram receio sobre esse tipo de filtro. Um motivo seria que, para saber se um usuário infringe direitos autorais ou não seria preciso vistoriar todo conteúdo antes de ser publicado, retirando a privacidade. Segundo o presidente da comissão, Jean-Claude Juncker, "Com o acordo de hoje (15), nós estamos fazendo as leis de **direitos** autorais entrarem na era digital.

A Europa vai agora ter regras claras que garantam a remuneração justa para criadores, direitos fortes para usuários e responsabilidade para as plataformas. Quando se trata do mercado digital na Europa como um todo, a reforma de copyright é a peça que falta". Com isso, aponta a UE, os países membros têm dois anos para transformar as diretrizes propostas no documento em leis nacionais. O documento será oficialmente assinado na quarta-feira (17). Empresas O YouTube já se mostrou vocalmente contra a aprovação do documento. No ano passado, a CEO do YouTube, Susan Wojcicki, considerou a diretiva "uma ameaça à liberdade de expressão" em carta aberta. A empresa ainda convocou influenciadores para fazer pressão pública contra o documento. O Twitter, diferente do YouTube, não fez um pronunciamento oficial sobre o caso, apenas se posicionou informando que apoia a EDiMA, organização que responde por empresas online na Europa.

Tal órgão defendeu que "A lei recente restringe o compartilhamento de notícias online e o filtro de upload restringirá os envios de usuários. Estes são maus resultados para os cidadãos europeus". Já o Fa-

Continuação: Europa aprova o polêmico "Artigo 13" e pode revolucionar a internet

cebook tem se mostrado silencioso sobre o assunto. Vale lembrar que existe um histórico mundial de replicação de projetos do bloco. Por exemplo, no ano passado o Parlamento aprovou o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (GDPR) sendo que, meses depois, o governo brasileiro passou uma lei semelhante, a Lei Geral de Proteção de Dados. Tal histórico levanta um medo local em produtores de conteúdos de que o Brasil possa importar a ideia. Até o momento, não há nenhum indicativo disso. Fonte:

Canaltech Trending no Canaltech: Imagens mostram que Google Play Store está prestes a receber novo layout HBO vai abrir sinal para transmitir estreia da 8ª temporada de Game of Thrones YouTube | Grupo de k-pop BTS bate recorde de visualizações em 24 horas Tesla adia expansões de fábricas nos Estados Unidos e Xangai Rumor | Xbox One S sem disco pode ser revelado nesta semana



## Apple quer R\$ 100 bilhões em disputa com a Qualcomm

Apple quer R\$ 100 bilhões em disputa com a Qualcomm Convergência Digital - Carreira

Convergência Digital\* - 15/04/2019

Começou nesta segunda, 15/4, o julgamento da ação movida pela Apple, ainda no início de 2017, contra a Qualcomm que envolve alegados US\$ 27 bilhões (cerca de R\$ 100 bilhões) em indenizações pelo que acusa terem sido práticas ilegais de licenciamento na tecnologia de chips modem para celulares.

Já a Qualcomm alega que a Apple forçou parceiros de negócios deixarem de pagar royalties e sustenta serem devidos cerca de US\$ 15 bilhões (quase R\$ 60 bi). E nos últimos dois anos teve sucessos em alguns dos confrontos judiciais com a fabricante do iPhone, impedindo até a venda de aparelhos por violação de patente.

A Qualcomm exige que os fabricantes de dispositivos assinem uma licença para suas patentes antes de fornecer chips, que considera uma medida de senso comum para garantir que não faça negócios com empresas que violam suas patentes.

Mas a Apple e outros fabricantes de aparelhos em todo o mundo chamaram a política de "sem licença, sem chips" de "cobrar duas vezes" - isto é, cobrar pela mesma propriedade intelectual uma vez durante as discussões de licenciamento e, novamente, no preço dos chips em que as patentes são incorporadas.

Para a Apple, o julgamento é sobre a liberdade de comprar chips sem ter que pagar o que chama de 'taxa' sobre inovações na forma de licenciamento de patentes para a Qualcomm, que pega uma porcentagem do preço de venda de seus dispositivos. Para a Qualcomm, o julgamento determinará o destino de sua combinação única de venda de chips e licenciamento de mais de 130 mil patentes.

\* Com informações da Reuters

Enviar por e-mail ... Versão para impressão:

15/04/2019

Apple quer R\$ 100 bilhões em disputa com a Qualcomm

01/04/2019

Justiça de São Paulo manda Claro pagar R\$ 500 cada vez que ligar para ex-cliente

01/03/2019

STJ: Prazo para exigir cobrança indevida em telefonia é de 10 anos

26/02/2019

Contribuição sindical fixada em assembleia vale para toda categoria

11/02/2019

Ações trabalhistas caíram na primeira instância, mas cresceram nas demais

14/12/2018

Apple corre para atualizar iPhones sob risco de bloqueio na China

13/12/2018

Justiça manda Uber entregar dados de passageiro a motorista

10/12/2018

Continuação: Apple quer R\$ 100 bilhões em disputa com a Qualcomm

STF: Relatores dizem que é inconstitucional barrar apps de transporte

07/12/2018

07/12/2018

Justiça nega proibição a jogo onde Bolsonaro espanca mulheres, negros e gays

CNJ cria laboratório de inteligência artificial para processo eletrônico

## Leis para aplicativos estrangeiros no Brasil



Comumente vemos no cenário tecnológico empresas estrangeiras lançarem aplicativos, gratuitos ou pagos, nas plataformas online no Brasil. O mercado é atraente para estas empresas, pois em um país em crescimento, todos os dias mais pessoas têm acesso a celulares, tablets e computadores, por meio dos quais baixam aplicativos de jogos, delivery, transporte e redes sociais.

Os aplicativos nada mais são do que softwares que permitem o desempenho de tarefas específicas (transporte, jogos, delivery, entre outros), além de reter informações dos usuários, e que, portanto, precisam estar de acordo com as regras definidas pela legislação brasileira. Contudo, são diversas as leis brasileiras que devem ser observadas pelos apps disponibilizados no país.

A Lei 9.609/98, que regulamenta a proteção da **propriedade** intelectual de programas de computador, procurou garantir proteção jurídica aos autores dos softwares e orientar sobre os contratos de abpi.empauta.com

uso por terceiros e as penalidades quanto às infrações. Já a lei 12.965/14, conhecida como "Marco Civil da Internet", estabeleceu princípios, garantias, direitos e deveres a serem observados para o uso da internet no Brasil.

Ainda é bem provável que a relação dos usuários de aplicativos e seus provedores fique sob a égide do Código de Defesa do Consumidor, pois, muitas vezes, é possível notar uma relação consumerista, onde é organizada venda de serviços em aplicativos gratuitos, ou produtos cujo funcionamento esteja relacionado com o download de determinado app.

O Brasil, em consonância com a preocupação internacional sobre o cuidado e a proteção dos dados do usuário, utilizando como fonte de inspiração a lei europeia, sancionou a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que dispôs sobre os direitos e deveres de todos aqueles envolvidos com o uso de dados pessoais na internet. Ou seja, a LGPD veio para oferecer maior segurança jurídica aos usuários quanto à utilização de seus dados pessoais, inclusive na internet.

Nesse sentido, é de suma importância que os provedores de aplicativos estrangeiros observem a legislação vigente no Brasil, pois o aplicativo que venha a funcionar no país deverá necessariamente estar enquadrado às normas brasileiras.

---

\*Maria Carla Fontana Gaspar Coronel é advogada do escritório Braga & Moreno Consultores e Advogados.

Maria Carla Fontana Gaspar Coronel

## Índice remissivo de assuntos

**Direitos Autorais**

3, 7

**Marco regulatório | INPI**

4

**Desenho Industrial**

4

**Pirataria**

6

**Patentes**

9

**Propriedade Intelectual**

11